



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELATO EM HUMANIDADES**

**PEDRO DAVID QUISSONGO**

**POLÍTICA EDUCACIONAL PÓS-COLONIAL EM ANGOLA (2002/2010):  
ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**PEDRO DAVID QUISSONGO**

**POLÍTICA EDUCACIONAL PÓS-COLONIAL EM ANGOLA (2002/2010):  
ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Bacharelato em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para intenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana da Costa Aguiar Petroni.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**PEDRO DAVID QUISSONGO**

**POLÍTICA EDUCACIONAL PÓS-COLONIAL EM ANGOLA (2002/2010):  
ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovado: 02/08/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana da Costa Aguiar Petroni (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia Gomes de Souza**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	5
<b>2</b>	<b>PROBLEMA</b>	6
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	7
3.1	GERAL	7
3.2	ESPECÍFICOS	7
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	7
<b>5</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	10
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA	10
5.2	ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO DE ANGOLA	11
5.3	AS INFLUÊNCIAS DO BANCO MUNDIAL, UNICEF E UNESCO NA DETERMINAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ANGOLA	14
5.4	PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS	16
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	19
<b>7</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	21
	<b>Referências</b>	22

## 1 INTRODUÇÃO

É indiscutível que a educação desempenha um papel muito importante na formação de uma nação, partindo desse pressuposto, há uma necessidade para a formação de quadros com competências cognitivas e sociais para dar impulso à produtividade e competitividade dos sectores que mantêm a economia, saúde e as dinâmicas tecnológicas do país rumo ao seu desenvolvimento. Com isso, pretendo fazer uma análise das políticas educacionais desenvolvidas em Angola a partir do início do século XXI, sem esquecer os elementos emblemáticos do período pós-independência.

Angola está situada na costa do continente africano, ao sul da linha do Equador, no hemisfério ocidental, com uma área territorial de 1.246.700 km<sup>2</sup>, constituída por 18 províncias, cuja capital é Luanda. A palavra Angola deriva do nome da etnia “Ngola”, atribuído a uma dinastia dos povos Ambundo<sup>1</sup> (ZAU, 2002). O país possui 162 municípios e 558 comunas. Tem como língua oficial o português, além disso, há diversas línguas locais. Sua moeda é o Kwanza<sup>2</sup>.

O país tornou-se independente do domínio português na segunda metade do século XX, em 1975 (Ibidem). E, segundo os dados ilustrados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no ano 2021, apresenta uma população de aproximadamente 32 milhões de habitantes.

A economia do país tem mostrado momentos de altos e baixos por estar ainda baseada no setor primário. Mas, vale ressaltar, que nas últimas décadas, “Angola registou um ritmo de crescimento econômico dos mais elevados do mundo”, o PIB cresceu em média 9.2% ao ano (UNPAF, 2015-2019). Por outro lado, os recursos minerais são sem dúvida, os que melhor se conhecem e estão a ser aproveitados a nível razoável, “destacando assim as atividades de extrativismo como principal receita do país” (ZAU, 2002).

O atual estado da educação é fruto dos esforços que o governo tem feito desde a independência do país do domínio português. Com isso, o Governo angolano implementou a 2<sup>a</sup>

---

1 Ambundo: O que pertence à etnia Mbundu. O que pertence ao grupo dos Ambundos. O que fala a língua Kimbundu. Os Ambundos são um grupo étnico banto que vive em Angola, na região que se estende do centro ao Leste do país. (PARREIRA, 1990).

2 Kwanza: Nome que se deu a primeira unidade monetária do país, o Kwanza (AOK), foi criada pela Lei no 71-A/76 de 11 de novembro, onde as primeiras cédulas datavam de 1976, mas só foram emitidas pelo Banco Nacional de Angola em 1977 em substituição do escudo colonial. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/394168965/Historia-Do-Kwanza-Angola> Acesso em 28 de abril de 2022. Além disso, Kwanza também é nome do maior rio nacional, o rio Kwanza, que é o maior rio exclusivamente angolano. O rio Kwanza nasce em Mumbué, município do Chitembo, Bié, no Planalto Central de Angola. O seu curso de 960 km desenha uma grande curva para Norte e para Oeste, antes mesmo de desaguar no Oceano Atlântico, na Barra do Kwanza, a sul de Luanda.

Reforma Educativa entre 2002 e 2015, com objetivo de resolver dois problemas fundamentais do Sistema de Educação: Qualidade da Educação e o Acesso à Educação. Embora que desde 2004 o Orçamento Geral do Estado (OGE) direcionado para a educação tem aumentado, o sistema educacional continua deficitário. O Censo de 2014 realizado pelo INE, mostrou uma taxa de alfabetização muito baixa da população acima dos 15 anos, onde apenas 65,6% sabiam ler e escrever. Apresentava ainda que a proporção da população com 18 ou mais anos que nunca frequentou a escola ou que não concluiu a 6ª classe é de 48%, um número que aumenta nos grupos etários de 25-65 anos.

Com o conhecimento de que a educação representa um papel relevante na formação de uma sociedade, pretendo fazer uma análise das políticas educacionais implementadas em Angola no período entre 2002 a 2010. Tendo como tema de pesquisa: “*Política educacional pós-colonial em Angola (2002/2010): organização, desenvolvimento e perspectivas*”.

A escolha desse tema partiu da ideia de compreender as políticas educacionais implementadas no país depois do acordo de paz, bem como os acontecimentos emblemáticos durante o período pós-independência. Esta análise vai permitir entender porquê o sistema educativo desse país enfrenta, ainda, diversas tribulações que limitam não só o seu desempenho, mas, sobretudo, a sua valorização no cenário regional e internacional.

Assim, neste trabalho analisaremos os esforços que o Estado angolano tem feito na elaboração das políticas públicas ligadas à educação, de acordo com o programa jurídico-legal, que tem como ponto de partida a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, aprovada no dia 31 de dezembro de 2001.

## **2 PROBLEMA**

Para realizar uma análise sobre políticas educacionais de um país num dado momento devemos entender o contexto histórico, ou seja, entender o seu passado e o seu futuro, sendo assim, saberemos as mudanças e transformações que ela tem sofrido ao longo do tempo e quais são as suas perspectivas a curto e longo prazo para o seu melhoramento. Desse modo, entenderemos se houve avanços ou retrocessos no sector educacional face à implementação destas políticas públicas, e a depender das hipóteses, conhecer as políticas educacionais implementadas no país ao longo dos anos. Dito isto, surge o seguinte problema que vai nortear este trabalho:

Como se estruturou e organizou as principais normas das políticas educacionais em Angola no período entre 2002 a 2010?

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 GERAL**

- Analisar as políticas educacionais em Angola implementadas no período entre 2002 a 2010.

#### **3.2 ESPECÍFICOS**

- Identificar as ações dos órgãos competentes da educação a fim de combater o analfabetismo em Angola;
- Apresentar dados sobre o número de pessoas, dos 5 aos 18 anos, que ficaram fora do sistema educacional entre 2002 a 2010;
- Descrever os fatores que influenciaram os retrocessos da educação em Angola no período de 2002 a 2010;
- Compreender como as orientações dos organismos internacionais afetou a educação em Angola e como tem influenciado nas ações do governo angolano.

### **4 JUSTIFICATIVA**

A ausência de uma educação auto suficiente no país tende a levantar várias questões sobre a qualidade de ensino, sendo assim, para se compreender a educação a partir do problema descrito nesse trabalho precisamos entender como se estruturou e organizou o sistema educativo de Angola. Paulo Freire nos traz um dos conceitos mais amplo sobre a educação como um “processo de conhecimento”. Deste modo, sobre os valores da educação Paulo Freire a define “como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, [...] é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta” (2003, p.10, *apud* COSTA, 2015, p.75).

Então, é importante que os países tenham um sistema de ensino auto suficiente para fazer face as necessidades dos cidadãos.

O interesse pela temática se deve, principalmente, através da minha entrada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) onde tive contatos com componentes curriculares que incluem a realidade educativa dos países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>3</sup> e também a partir dos estudos feitos na disciplina de Política Educacional e Organização da Educação nos Países da Integração, onde se tratou diversos assuntos sobre educação pós-colonial, organização dos sistemas educativos dos países da integração, educação, sociedade e educação racial. Em função disso, escolhi dialogar sobre o assunto, para compreender os avanços e retrocessos que ocorreram na educação angolana.

Por outro lado, o governo vem implementando medidas para solucionar problemas que afetam diversos setores do país, com o objetivo de ultrapassar barreiras relacionados com à saúde, educação, saneamento básico, transporte etc. Dentre tantas medidas relevantes, vamos destacar o Plano Nacional de Desenvolvimento da República de Angola (PND)<sup>4</sup> criado em 2001, com resultados delimitados entre 2013 – 2017; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criado com o objetivo de erradicar à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias como a educação; o Plano de Ação Nacional de Educação Para Todos (PAN – EPT), com resultados delimitados para o ano de 2015; e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE) “Educar - Angola 2030”, criado em 2015. Sendo que, estes foram os primeiros planos para melhorar as desigualdades sociais a curto, médio e longo prazo. Vale também realçar que, esses programas foram criados com objetivo de modernização, sustentabilidade, crescimento e valorização da pessoa humana.

Os resultados dessas políticas públicas educacionais se comprovaram no censo populacional de 2014, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), onde se verificou que nas questões sociais e econômicas do país, apesar dos inúmeros dados

---

3 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional criada em 17 de julho de 1996 por países lusófonos, cujo objetivo principal é "aprofundar a amizade mútua e também a cooperação entre os seus membros". Os países membros são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e mais tarde em 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi adicionado membro por fim em 2014, Guiné Equatorial tornou-se o nono membro da organização.

4 Plano Nacional de Desenvolvimento da República de Angola (PND): é um relatório de Angola sobre as metas do milénio que é dirigido pelo Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial com a assistência das Nações Unidas sob liderança do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Com objetivo de fazer um estudo sobre a situação dos diferentes setores para o desenvolvimento do país.



negativos também foram constatados alguns destaques positivos. No setor da educação podemos destacar:

- Aumento do número de alunos no ensino não universitário (15%);
- Melhoria na taxa de escolarização (29%, em 3 anos);
- Aumento de alunos matriculados no ano de 2014 aumentando para (68%);
- Aumento do número de sala de aulas (9%);
- Aumento do número de professores (INE, 2014).

Por outro lado, apesar de vários avanços positivos constatados, os indicadores verificados no mesmo censo não deixaram de apontar para um crescimento negativo como:

- Crescimento da taxa de abandono escolar passou de (8.8%) para (15.5%);
- Redução da taxa de aprovação de nas escolas (78%) para (72%);
- Aumento do número de gravidez na adolescência, onde 37% das adolescentes entre 15 e 19 já tiveram uma gravidez;
- Aumento do número de casos de doenças na área da saúde, com a Malária subindo para (21%); HIV (127%) e Febre Tifoide (95%) (ibidem, 2014).

Em Angola, ainda existem muitas crianças em idade escolar que nunca frequentaram o sistema de ensino, ou que, por alguma razão, o abandonaram em determinado momento da sua vida. O censo de 2014, mostrou que entre as crianças com 5 ou mais anos de idade, segundo o nível de ensino atingido, 62,62% estão fora do sistema de educação e ensino (INE, 2014), esta é uma situação preocupante, sendo que é, principalmente, nas áreas rurais e na fase da transição entre o ensino Primário para o Ensino Secundário do primeiro ciclo, onde se registra um número elevadíssimo de abandono escolar.

Como afirma Ferreira (2005), sobre a situação do sistema educativo nas diferentes cidades de Angola, a situação em Luanda é muito diferente da situação do resto do país, o autor afirma que “a situação da educação das restantes províncias é nitidamente de autogestão” (FERREIRA, 2005, p.111). De modo geral, parece que o governo não investe nas estruturas de ensino nestas regiões do país. Sendo assim, queremos entender as dinâmicas educativas do país. Com a implementação PNDE o governo pretende até 2025:

- Erradicar o analfabetismo;
- Erradicar o número de crianças e jovens fora do sistema educativo;
- Erradicar o número de jovens e adultos com atraso escolar;
- Reforçar o programa de Alfabetização de Adultos;
- Número de crianças fora do ensino escolar, e fora da idade apropriada, erradicado até 2025 (PNDE, p. 88).

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

### 5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA

Sabe-se que as políticas educacionais portuguesas eram seletivas, limitadas e fracassadas, uma vez que o sistema educativo português “exaltava seus valores em detrimento dos valores nativos de Angola” (NGULUVE, 2006, p. 78). O país chegou à sua Independência com uma taxa de analfabetismo muito alta em relação a outros países. A taxa correspondia a 88.7%, uma das mais elevadas do mundo até então já notificada (PNUD, 2002, p. 26). Certamente, essa situação levou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)<sup>5</sup> a priorizar a educação com objetivo de reparar os erros do colonizador.

Diante disso, a primeira alteração registrada, começou com a aprovação da Lei nº 4, de 9 de dezembro de 1975, que nacionalizou o ensino e criou um Sistema de Ensino Geral de formação técnica e profissional, onde o Estado assumiu a responsabilidade de oferecer educação gratuita para todos os angolanos e angolanas e também garantir que todos os nacionais em idade escolar frequentassem o sistema de ensino. Sobre a educação portuguesa que era voltada ao domínio cultural Ermelinda Liberato afirma que:

Com a proclamação da Independência de Angola pelo MPLA, os objetivos imediatos do novo regime consistem na “destruição” dos marcos do regime colonial e na construção imediata de um novo país, social, político, e economicamente diferente de forma a servir os milhares de angolanos que tinham sido excluídos, discriminados e explorados pelo regime colonial. (LIBERATO, 2014).

---

<sup>5</sup> O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é um partido político Angolano, que está na frente do país desde a sua independência do domínio português em 1975. O MPLA foi fundado por nacionalistas angolano nos finais dos anos 1950, e que iniciou oficialmente sua ação em 1961 e conquistou o poder em 1974/75, durante o processo de descolonização.

Vale também ressaltar que, a guerra civil angolana<sup>6</sup> impactou de forma simbólica o cenário político do país, que levou a um atraso no desenvolvimento socioeconômico do país bem como impediu o desenvolvimento da Educação, fazendo com que ela progrida em ritmo lento. Irina Bokova, Diretora-geral da Unesco, disse em Luanda, no Fórum sobre o Desenvolvimento da Educação, realizado em 2013 no país, que “a história recente de Angola, marcada pelo fim da guerra deve ser acompanhada com esforços no âmbito da promoção da igualdade e inclusão social”. Porém, percebemos também que apesar da nova estrutura política e socioeconômica em que o país se encontra atualmente ainda existem vários problemas nos diferentes setores que manuseiam o desenvolvimento do país. Todavia, é de extrema importância analisar as políticas implementadas no período pós-guerra civil, e entender como se estruturaram as políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

## 5.2 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO DE ANGOLA

A independência do país pelo domínio colonial trouxe novas dinâmicas educacionais. Dessa forma, em 1976, o país iniciou seu primeiro ano letivo pós-colonial, e com isso surgiu a necessidade de mudança do sistema de educação que Angola herdara do colonialismo português. De acordo com Nguluve (2006), este era classificado como ineficiente, limitado e mais voltado para o domínio cultural dos nativos. Em 1977, foi publicado o decreto nº 26 no Diário da República de Angola, que constituiu a educação como meio de consolidação da independência e definiu a educação universitária como um direito para todos, partindo do livre acesso e igualdade de oportunidades, e continuação escolar dos estudos para os adultos (PND, 2002, p. 26).

O atual sistema educativo de Angola é fruto da implementação da Lei nº 13/01, de 31 de dezembro de 2001. Portanto, com a implementação da nova Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) se iniciou um “processo intensivo de revisão das políticas educacionais anteriores” com o objetivo de elaboração de novas estratégias integradas para a melhoria do Sistema de Educação (PNUD-, 2002, p. 26).

---

<sup>6</sup> A Guerra Civil Angolana foi um conflito armado interno, que começou em 1975 logo depois da independência do domínio de Portugal, e apesar dos interlúdios continuou até 2002 quando o MPLA venceu da UNITA. Um conflito que se iniciou por uma luta de poder entre dois movimentos anticolonial, o comunista Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a anticomunista União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), apesar de também participar na guerra civil quase que não teve nenhum impacto.

A atual Lei de Bases do Sistema de Educação veio, por sua vez, permitir o crescimento dos subsistemas de ensino e contribuiu também para o desenvolvimento dos diferentes sectores em esfera nacional sendo que, para Patrick V. Dias (1990), “sempre que se fala em desenvolvimento se levanta a questão da educação” (DIAS, 1990 p. 263). Esse documento criou a nova reforma educativa e proporcionou as condições mais apropriadas para a aplicação das políticas públicas e dos programas educacionais, com objetivo de garantir e inserir a Educação angolana no contexto regional e internacional. Em suma, a LBSE estabeleceu as reformas educativas que foram implementadas em todo o sistema educativo do país. Tendo como prazo para sua efetivação o ano de 2015, esse processo teve três fases, começando com a fase de emergência (2001-2002); prosseguindo com a estabilização (2002-2006) e mais tarde a sua expansão (2006-2015) (PNUD, 2001a; PNUD, 2002b).

No artigo 10º da Secção I do Capítulo III da LBSE (2001), que se refere sobre a organização e estrutura do Subsistema de Educação está subdividido da seguinte maneira:

1. Subsistema de Educação Pré-Escolar;
2. Subsistema de Ensino Geral;
3. Subsistema de Ensino Técnico Profissional;
4. Subsistema de Formação de Professores;
5. Subsistema de Educação de Adultos;
6. Subsistema de Ensino Superior.

De acordo com este mesmo documento, o sistema educacional se estrutura em três níveis:

1. Educação Pré-Escolar;
2. Ensino Primário;
3. Ensino Secundário;
4. Ensino Superior. (LBSE, 2001).

O Ministério da Educação tem criado várias políticas públicas ligadas ao âmbito de “Educação Para Todos” que definiu, através da criação de um quadro jurídico de ação que determina Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01 de 31 de dezembro 2001), como instrumento regulador da Política públicas para a Educação do país, por outro lado, veio também definir como prioridades o acesso, a equidade a qualidade de ensino.

Desse modo, a entrada nesse novo milênio trouxe novas políticas públicas para a educação. Sabe-se que, para termos uma educação auto suficiente é preciso antes ter um sistema de ensino democrático e isso deve aparecer nas diretrizes curriculares e nos diferentes documentos legais que definem as políticas educacionais.

Com o avanço da democracia no mundo, e também com o crescimento de diversos grupos estatais, a discussão sobre políticas públicas tem ganhado uma dimensão muito ampla, o que trouxe a necessidade de se saber o seu conceito para que as governanças possam dar conta das suas responsabilidades. Para Rosenau (2000), “governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, [...] que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas” (ROSENAU, 2000, p. 15-16).

Então, entendemos por governança dirigir um determinado setor capaz de produzir resultados eficazes, através das políticas públicas que mantêm o funcionamento da sociedade como por exemplo a economia, a saúde, e a educação visando assim à resolução de problemas coletivos (ou não), mas também tornar a administração pública estável. Já para Santos (1997), a “ideia de que uma “boa” governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos”. (SANTOS, 1997, p. 340-341).

Deste modo, entendemos que as políticas públicas são todas ações do governo que afetam todos os cidadãos de uma nação, independente do seu nível acadêmico, sexo, raça, religião e status social. Os políticos utilizam das políticas públicas para poder alcançar um determinado objetivo que possa resolver os problemas da sociedade. Então, destaco que as políticas públicas educacionais são aquelas que regulam e conduzem os sistemas de ensino do país, originando assim uma educação escolar autossustentável. Dito isto, criar políticas públicas para o setor educacional é de grande importância, mostra que o Ministério da Educação tem interesse em melhorar o Sistema Educativo, sendo que as políticas públicas educacionais são aquelas que regulam e conduzem os sistemas de ensino, restaurando assim a educação escolar.

Ao entendermos que o conhecimento social não é estático e pré-programado, podemos considerar que todos os dias vão surgir novas teorias de conhecimentos, então, não existe uma forma única nem a melhor para se definir o que seria então política pública. Sendo assim, Sousa (2003) nos apresenta conceitos sobre o que seriam políticas públicas, logo, a autora entende que as “[...] Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...]” (SOUSA, 2003, p. 13). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos submetem

seus planos educacionais em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no país. Peters Hall (1986, p.90-113) segue a mesma lógica definindo política pública como sendo “[...] a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos[...]” (HALL, 1986, p.90-113).

Por outro lado, para Azevedo (2003, p.38), “políticas públicas é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Dessa maneira, em concordância com as definições anteriores, traduz-se que a criação de políticas públicas é inteiramente uma responsabilidade do governo no que concerne a sua criação, definição, execução e sua supervisão. Isentando assim a sociedade civil na criação bem como na sua implementação. Contudo, a sociedade civil pode criar algumas estratégias para que os governos criem novas políticas públicas em prol do melhoramento de um determinado setor.

Ainda sobre políticas públicas, para Carvalho (2008 p. 4) é extremamente importante perceber que as políticas públicas têm um viés político, onde as decisões envolvem conflitos de interesses, bem como um viés administrativo, pois são fundamentais para a criação de melhorias a favor da sociedade.

### 5.3 AS INFLUÊNCIAS DO BANCO MUNDIAL, UNICEF E UNESCO NA DETERMINAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ANGOLA

O baixo nível de educação é, pois, um dos elementos fundamentais que condiciona o progresso social da população, agindo como fator de persistência da pobreza. Entretanto, para cobrir as necessidades em investimentos imprescindíveis para garantir a criação de infraestruturas que suportem o crescimento econômico nacional, torna-se indispensável o recurso à poupança externa, sob a forma de financiamentos ou de investimento estrangeiro direto.

Investimentos transfronteiriços são investimentos feitos entre países onde a globalização é o fator principal que aponta o crescimento da interdependência, bem como as trocas internacionais. Segundo Giddens, a palavra globalização começou a ser com mais frequência usada apenas nas últimas três décadas, principalmente na literatura acadêmica e na linguagem corrente (GIDDENS, 2005).

Para Hirst e Thompson (2002) os ideais da globalização são “[...] processos que promovem a interconexão internacional [...] aumentando os fluxos de comércio, investimento e comunicação entre as nações” (2002 p. 247). Já Santos (2001, p. 32) vai por sua vez definir a globalização como um “fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas,

culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. Dito isso, podemos afirmar que a globalização também tem ligação com o setor da educação. Um dos efeitos da globalização na educação é claramente o fato de que os governos seguem uma “agenda global estruturada para a educação” (DALE, 2004, p. 426).

As condições educativas que o país apresenta no contexto internacional vão possibilitar explicar os interesses das instituições internacionais de governança a intervir na situação da educação angolana. Sendo assim, esta instabilidade social que Angola atravessa fez com que os órgãos internacionais de governança nomeadamente o Banco Mundial com seu projeto de Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fizessem investimentos estratégicos para definição e implementação de políticas públicas com objetivo de modernizar o sistema de educativo do país para assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade ao longo da sua vida (FERREIRA, 2005). Para Emily Gardner, Especialista Sênior em Educação e Gestora do Projeto do Banco Mundial no âmbito da educação em Angola:

[...] o Governo de Angola mostrou que está fortemente empenhado em melhorar a qualidade do seu sistema de ensino e garantir que todas as crianças angolanas tenham a oportunidade de aprender [...] investimentos focados e contínuos na qualidade dos professores e na gestão escolar, tais como os que estão a ser feitos no Projeto Aprendizagem para Todos, são um grande passo na direção certa [...] (UNICEF-GARDNER, 2019).

Desde 2005, que a UNICEF tem realizados estudos nos subsistemas de educação do país para sondar as barreiras que tem acometido o desenvolvimento da educação infantil, nomeadamente nos níveis de ensino (pré-escolar, primário e 1º ciclo do ensino secundário) sendo que estes merecem uma atenção maior, por outro lado estudos apontam dificuldades muito altas, principalmente na manutenção das estratégias. Estes estudos servem como alicerce para criação e melhoria dos programas de educação que “visam aumentar o acesso e permanência das crianças no sistema de ensino, bem como reduzir o número de abandono escolar” (UNICEF/ANGOLA, 2012).

Dados da UNICEF Angola (2012) explicam que a gravidez precoce e o casamento infantil impedem as meninas de viver a sua infância. Sendo que, “perturba o seu processo educativo, restringindo assim sua oportunidade de permanecer na escola” (DIAS et al *apud*, Araújo et al 2016, p, 26). Sendo assim, a gravidez na adolescência tem preocupado muito o governo do país. O Fundo de População das Nações Unidas, que é a agência da ONU que trata das questões populacionais, aponta Angola como a segunda maior taxa de gravidez precoce na

África subsaariana, apenas atrás da República Democrática do Congo. Em cada mil mulheres de 15 a 19 anos em Angola, pelo menos 163 deram à luz (UNFPA, 2019).

Segundo o relatório de desenvolvimento da primeira infância da UNICEF (2012), a Educação pré-escolar é o nível que tem mais preocupado o governo angolano e os órgãos internacionais, apesar de inúmeras melhorias no sistema educativo do país apenas 11% das crianças têm acesso à Educação da 1ª Infância. Isso levou ao Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), com supervisão e apoio da UNICEF e do Banco Mundial, a elaborar um plano que visa melhorar o acesso ao ensino pré-escolar e primário, e implementou uma estratégia que incentiva a permanência das adolescentes mães no sistema de ensino.

#### 5.4 PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Apesar de o país ter alcançado a paz sobre a guerra civil, a educação ainda é precária, visto que ainda há muitas crianças fora do sistema de Educação e Ensino. Para reduzir este número, o governo angolano criou um plano que, com as orientações da ONU sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio,<sup>7</sup> estabelecido em 2000 e também com as recomendações da Declaração de Dakar<sup>8</sup>, no âmbito da Educação para todos entre 2001 – 2015, iniciou um “processo profundo de revisão das políticas e estratégias que regulavam o setor” (PNUD-ANGOLA, 2002, p. 26).

Para fazer face as necessidades, e com as recomendações internacionais, o Estado criou a nova Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, em 2001, e no mesmo ano foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento da República de Angola (PND). Esses documentos foram criados com objetivo de fazer um prognóstico a curto, médio e longo prazo do sistema de educação com o intuito de responder os problemas sobre acesso e qualidade nos subsistemas de aprendizagem.

---

7 Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ou (ODM) são objetivos estabelecidos pela ONU depois da Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000, onde todos os 191 Estados-membros da época comprometeram-se em alcançar 8 objetivos de Desenvolvimento do Milênio até o ano de 2015.

8 Fórum das Nações Unidas realizados na cidade de Dakar entre 26 a 28 de abril de 2000, capital da República do Senegal sobre a Educação, as declarações que serviu guia para os 180 países que estavam ali representados e que se comprometeram a alcançar os objetivos e as metas que foi assinado no âmbito de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade. Onde o governo de Angola se comprometeu a alcançar objetivos e metas de Educação Para Todos que tinha um período a curto e médio prazo, 2001-2015 para sua efetivação (DECLARAÇÃO DE DAKAR, 2000).



Em resposta ao problema, em 2003, o governo criou um plano que parte da extinção da pobreza onde os seus resultados vão abranger todos os sectores da vida econômica e social. A sua solução passa por uma resposta multissetorial com objetivo de criar mais oportunidades de empregos, melhoria dos rendimentos da população e também melhoria na oferta de serviços sociais de base (RELATÓRIO DE PROGRESSO MDG/NEPAD, 2003, p. 48).

Uma resposta eficaz à luta contra a pobreza passa pela conquista de níveis altos de crescimento econômico e de uma distribuição racional dos rendimentos que privilegie o emprego para grandes faixas da população desempregada e deslocada e melhoria das condições sociais. Ainda segundo o relatório de 2003, que trata dos objetivos do desenvolvimento do milênio em Angola, a situação que pode explicar a causa do baixo índice de desenvolvimento humano que tem sido notado, e com drásticas consequências no desenvolvimento potencial, é o nível educacional. Estima-se que “26% da população com mais de 15 anos sejam analfabetas, havendo outras estimativas que apontam para 50%, e que a taxa de escolarização do ensino básico se situa nos 57%” (idem, 2003).

De acordo com os dados do INE (2014), para se saber qual era a situação da educação no país em 2006, o Ministério da Educação de Angola, com o apoio e supervisão do UNICEF, fez uma avaliação de médio prazo depois da implementação do Plano de Ação Nacional de Educação Para Todos (PAN – EPT) entre 2001 – 2005. Em resultado a esta avaliação foram identificadas várias dificuldades na execução das ações prévias, entre tantos fatores relevantes vamos destacar:

- Deficiente qualidade de ensino (numero professores);
- Falta de equipamentos de ensino;
- Falta de estruturas de ensino, principalmente nas zonas rurais;
- Não acompanhamento e controle da ação educativa;
- Falta de meios financeiros;
- Falta de transportes;
- Falta de manuais nas escolas;
- Falta de merenda escolar;
- Falta de infraestruturas;
- Problemas ligados a política de administração e gestão pública (idem, 2014).

Por outro lado, a falta de fiscalização e transparência foi uns dos fatores que instigou negativamente para o sucesso de um projeto que parecia promissor. Os resultados negativos fizeram com que o Ministério de Educação fizesse reajuste no PAN – EPT e a forma que ele atuaria face aos novos desafios de desenvolvimento socioeconômico do país, ajustes esses que têm como meta o ano de 2025 (PND, 2016).

## 5.5 PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO “EDUCAR - ANGOLA 2030” (PNDE-EA)

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE), denominado “Educar Angola” é um programa criado em 2002 face a nova reforma educativa que o governo pretendia adotar no país, o plano tem instruções estratégico de longo prazo estabelecido na Estratégia Nacional de Desenvolvimento “Angola-2025”. O PNDE foi atualizado em 2015 com o objetivo principal de assegurar as orientações das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Angola, destacando-se a garantia da liberdade e direitos fundamentais do ser humano, entre os quais o “direito à educação, o desenvolvimento humano e o bem-estar dos angolanos e angolanas, a promoção do desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação” (PNDE, 2015, p. 21).

Os resultados desse plano começaram a ser notado em 2018, o Ministério da Educação do país junto do INE, fizeram um balanço para se saber os efeitos do plano “Educar - Angola” na educação angolana. De acordo com os dados obtidos contatou-se que, entre os objetivos das Políticas Nacionais para a área de educação:

- Aumento do grau de escolarização dos jovens;
- Qualidade das aprendizagens;
- Inserção ao concurso público;
- Redução do numero de crianças e jovens fora do sistema de ensino;
- Redução do nível de analfabetismo, em particular da população rural, e isso por sua vez a percepção das pessoas que moram em zona rural a cerca das dinâmicas sociais;
- A promoção da qualificação e formação profissional de jovens e adolescentes, um plano que também veio promover a inserção dos meninos e meninas no mercado de trabalho;
- Investimento no setor do ensino com a criação de novas universidades públicas pelo país (INE, 2018, p. 86).

Nesse diagnóstico, ainda para melhorar a qualidade de ensino com a programação do PNDE 2030, se acrescentou na estrutura legal do Sistema de Educação e Ensino os módulos específicos de organização e realização de processos educativos transversais a todos os subsistemas:

- a) Educação Especial;
- b) Educação Extraescolar;
- c) Ensino à Distância;
- d) Ensino Semipresencial (PNDE, 2015, p. 37).

O PNDE trouxe novo rumo à educação do país com seu plano de modernização, planejamento e monitoração. Com objetivo de “promover o desenvolvimento humano e educacional” visando assim, a qualidade do ensino no país a todos os subsistemas e níveis do Sistema educativo do país, com criação de programas de ação legal a médio e longo rumo ao desenvolvimento do país para atender as dinâmicas da globalização (PNDE, 2015).

## 6 METODOLOGIA

*Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.*

Paulo Freire

Para FONSECA (2002):

[...] métodos significa organização, ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica. (FONSECA, 2002 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009 p.12).

Uma pesquisa científica pode ser definida como aplicação de práticas de um conjunto de processos metódicos de investigação utilizado por pesquisadores para o desenvolvimento de um estudo. Gil (1985) define uma pesquisa como “[...] um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, de forma a se descobrirem respostas para problemas por meio do uso de procedimentos científicos” (GIL, 1985).

A pesquisa caracteriza-se então, por ser uma investigação extremamente disciplinada, com regras que vão orquestrar os procedimentos para adquirir as informações necessárias para a manutenção da pesquisa e também dar suporte para a análise a ser feita pelo pesquisador (OLIVEIRA, 2018).

Para o desenvolvimento desta pesquisa usaremos os procedimentos que envolvem a pesquisa análise documental e bibliográfica. Por outro lado, não pretendemos fazer um julgamento sobre o melhor procedimento de pesquisa nem mesmo medir o seu valor científico, a escolha desse método vem do facto de ser o mais adequado ao estudo que pretendemos realizar sendo que a “análise documental e bibliográfica busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (CAULLEY apud LÜDKE e ANDRE, 1986, p.38).

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. Existe uma pequena diferença entre eles, principalmente na natureza das fontes. Logo, para se chegar ao que o tema requer e aos objetivos geral e específicos, levaremos em consideração os documentos públicos legais e normativos do governo de Angola, começando um levantamento bibliográfico, que vai nos permitir avaliar os conceitos. Sendo assim, entre tantos documentos relevantes temos: a Constituição da República de Angola, Lei de Bases do Sistema Educativo, Plano Nacional de Desenvolvimento da República de Angola, Plano Nacional de Educação para Todos, O Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação também denominado “Educar Angola” entre outros documentos que serão relevantes para o melhoramento dessa pesquisa de forma a comparar os períodos propostos no trabalho.

A técnica documental nos permite fazer uma pesquisa sobre o tema num dado presente sem mesmo precisar entrar em contato com factos e pessoas por motivos de distância, e também por possuir uma natureza diversa de apuração de materiais. Cellard (2008) nos proporciona uma ideia sobre a pesquisa documental:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295).

Além disso, o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos,

comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008). Lüdke e André (1986, p. 38) falam sobre a importância do uso de documentos em investigações educacionais: “Que é análise documental? Quais as vantagens do uso de documentos em pesquisa? Quando é apropriado o uso dessa técnica?”. Dizem também a importância de: “Como uma técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos”.

## 7 CRONOGRAMA

<b>Atividades</b>	<b>1º semestre</b>	<b>2º semestre</b>	<b>3º semestre</b>	<b>4º semestre</b>	<b>5º semestre</b>	<b>6º semestre</b>
Aulas presenciais, remotas e participação do grupo de pesquisa e orientações	x	x	x	x	x	x
Coleta de dados, leitura e fichamentos		x	x	x	x	
Análise dos dados		x	x	x	x	
Escrita da primeira versão do TCC				x	x	
Estrutura do trabalho e revisão			x	x	x	x
Defesa do TCC						x

## Referências

- ANGOLA, República de. **Decreto Lei nº 07/03, de 17 de junho de 2003. Lei Orgânica do INEE. Ministério da Educação.** Diário da República, Órgão oficial da República de Angola. I Série Nº 47, 2003.
- ANGOLA, República de. **Lei nº 13/01, de 331 de dezembro de 2001. Estabelece a Lei de Base do Sistema de Educação.** Luanda, 2003b.
- ANGOLA, República de. Lei nº17/16, de 07 de outubro de 2016. **Lei de Bases do Sistema de Educação LBSE.** Diário da República, Órgão oficial da República de Angola. I Série, Nº 170, 2016.
- ANGOLA, República de. Ministério da Educação. Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE). Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola 2007-2015. Instituto Nacional para a Educação Especial, Luanda, 2006.
- ANGOLA, República de. Ministério da Educação. Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE). **Projeto da Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar.** Ministério da Educação. Luanda, 2015.
- ANGOLA, República de. Ministério da Educação. **Relatório de atividades.** Luanda, 2003a.
- ANGOLA, República de. Ministério da Educação. **Relatório de monitorização sobre educação para todos.** Luanda, 2014.
- ARAÚJO, Rayanne. (2016) ‘**Gravidez na adolescência: consequências centralizadas para a mulher**’ Revista Tema em Saúde, Volume 16, Número 2, ISSN 2447-2131.
- AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais.** Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- CARVALHO, Luís Miguel. "As políticas públicas de Educação sob o prisma da ação pública: Esboço de uma perspectiva de análise e inventário de estudos." Currículo sem fronteiras 15.2 (2015): 314-333.
- CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CORREIA, Pedro de Pezarat. Angola: **Do alvor a Lusaka.** Lisboa. Hugin Editores - Ltda, 1996.
- DA COSTA, José Junio Souza da. **A educação segundo Paulo Freire: Uma primeira análise filosófica.** Pouso Alegre. Revista Eletrônica de Filosofia, 2015.
- DALE, Roger. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma " cultura educacional mundial comum" ou localizando uma " agenda globalmente estruturada para a educação"?** Educação & sociedade, v. 25, p. 423-460, 2004.

DE OLIVEIRA, João Domingos Soares. **Metodologia E Trabalhos Científicos**. Janaúba, Clube de Autores, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento**. Educação & Realidade, v. 26, n. 1, 2001.

DECLARAÇÃO DE DAKAR. **Educação para todos**. Texto adotado pela Cúpula, 2000.

DIAS, Alberto Gastão Sousas. **O ensino em Angola**. Luanda: Delegação do governo de Angola à Primeira Exposição Colonial Portuguesa, 1934.

DIAS, Patrick V. (1990). **Educação e Desenvolvimento na África subsaariana**. Desajustamentos conceituais e logros ideológicos. in Revista Internacional de Estudos Africanos, n.º 12-13, p. 263-320.

UNICEF. **Um futuro de esperança para as crianças de Angola: uma análise da situação da criança**. Luanda; Angola. 1998.

FERREIRA, Maria João da Silva Mendes. **Educação e Política em Angola. Uma proposta de diferenciação social**. Cadernos de Estudos Africanos, 2005.

GARDNER, Emily. BANCO MUNDIAL. **Colocar a Educação no Centro de um Crescimento do Desenvolvimento Sustentado em Angola**, 7 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2019/06/07/placing-education-at-the-center-of-a-sustained-development-growth-in-angola>. Acesso em: 08 de junho de 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel, e SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. **"O mundo na era da globalização"**. Trad. Saul Barata." Lisboa, Presença, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HALL, Peter. **O Movimento do Keynesianismo ao Monetarismo: Análise Institucional e Política Econômica Britânica na década de 1970**, In STEIMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. (eds.) Política Estruturante: Institucionalismo Historial em Perspectiva Comparada, p. 90-113. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.

HENDERSON, Lawrence. **A Igreja em Angola**. Lisboa: Editorial Além-Mar, 1990.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **O futuro da globalização: Cooperação e conflito**. Jornal da Associação de Estudos Internacionais Nórdicos 2002, p. 247-265.

INE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censo angolano de 2014**. Resultados definitivos Recenseamento geral da população e habitação – 2014. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/>. Acesso em: 13 de abril de 2022.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Em Aberto, 1986, 5.31 p, 38.

LIBERATO, Ermelinda. **Avanços e retrocessos da educação em Angola**. Educação em Angola. p. 1018, Luanda (Angola).

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Política educacional angolana: organização, desenvolvimento e perspectiva**, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05062007115100/publico/DissertacaoAlbertoKapitangoNguluve.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

NOVO JORNAL. Luanda: Angola: Escolas permanecem em ruínas: Disponível em: <https://novojournal.co.ao/reportagem/interior/escolas-permanecem-em-ruinas-613.html>: acesso em 28 de março de 2022.

PARREIRA, Adriano. **Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola – séculos XV-XVII**, Lisboa, Editorial Estampa, p. 24, 1990.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano**. 2010.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano**, 2016.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Angola. **Relatório do Desenvolvimento Humano. Os desafios pós-guerra**. Luanda: Nações Unidas, 2001.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Angola. **Os desafios pós-guerra**. Luanda: Nações Unidas, 2002. P. 26.

PNDE. Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação. “**Educar angola 30**”. 2015.

ROSENAU, James N. “**Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial**”. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp. 11-46.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 40, no 3, 1997. p. 335-376.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar**. Cadernos de Pesquisa, 2003, 119: 175-190.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TELO, António José. **Economia e império no Portugal contemporâneo**. Lisboa: Edições UNESCO, Diretora Geral (2013: Irina Bokova). **Discurso por ocasião ao fórum de desenvolvimento educacional**, disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2013/04/1433101-unesco-e-angola-cooperam-na-educacao-ciencia-e-cultura>. Acesso em: 21 de junho de 2022.



UNICEF, **Angola, Acesso à Educação**, 2012: Disponível em:  
<https://www.unicef.org/angola/acesso-a-educacao>: acesso em 6 de junho de 2022.

UNPAF, **Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas**.  
Luanda. 2015 – 2019.

VIEIRA, Laurindo. **Angola: a Dimensão Ideológica da Educação 1975-1992**. Luanda:  
ZAU, Filipe. **Angola: trilhos para o desenvolvimento**. Universidade Aberta, 2002.